



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU  
PROGRAMA MORAR, CONVIVER E PRESERVAR: REDE AMAZÔNIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS APLICADAS À  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PREVENÇÃO DE CONFLITOS  
SOCIOAMBIENTAIS, HABITACIONAIS E SANITÁRIOS**

**CASSILDA FIGUEIRA DA SILVA  
LORENNALVES DE SOUSA**

**MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO MUNICÍPIO DE  
LUZINÓPOLIS - TO**

**Palmas- TO**

**2022**

**CASSILDA FIGUEIRA DA SILVA  
LORENNALVES DE SOUSA**

**MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO MUNICÍPIO DE  
LUZINÓPOLIS - TO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Especialista em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária e Prevenção de Conflitos Socioambientais, Habitacionais e Sanitários.

Orientadora: Profa. Ma Maria do Carmo Campos da Silva

**Palmas - TO  
2022**

**CASSILDA FIGUEIRA DA SILVA**

**LORENNALVES DE SOUSA**

**MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO MUNICÍPIO DE  
LUZINÓPOLIS - TO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Especialista em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária e Prevenção de Conflitos Socioambientais, Habitacionais e Sanitários.

**Aprovadas em:**

**Banca Examinadora:**

Profª Ma. Maria do Carmo Campos da Silva  
Orientadora - UFPA

Profª Dra. Rosaly Brito  
Examinador interno - UFPA

Profª Ma. Maria Claudia Bentes Albuquerque  
Examinador externo: - UFPA

# MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO MUNICÍPIO DE LUZINÓPOLIS - TO

Cassilda Figueira da Silva<sup>1</sup>  
Lorena Alves de Sousa<sup>2</sup>  
Maria do Carmo Campos da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente estudo objetivou compreender a importância da participação social nas ações de Regularização Fundiária Urbana (REURB), no município de Luzinópolis, Estado do Tocantins, na perspectiva da comunidade, buscando conhecer os processos e procedimentos de mobilização social aplicados para a regularização fundiária urbana; identificar os desafios da participação social e; observar processos e dinâmicas de comunicação nos trabalhos que envolvem a REURB. E dessa forma, compreender junto à comunidade, a relevância da participação social no processo de regularização fundiária. Considerando a importância dos processos participativos para a democratização das políticas públicas e que no caso da REURB deve perpassar todas as etapas de execução e prosseguir durante a implementação das medidas jurídicas, urbanísticas ambientais e sociais que deverão contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente na área de regularização. Como metodologia para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter descritivo, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e observação direta. Concluindo-se que, em grande medida, a comunidade percebeu a importância de participar nas ações, por terem a oportunidade de opinar sobre as medidas para melhoria da qualidade de vida, a partir do projeto de regularização fundiária. Registrando, no entanto, que se faz necessário maiores esclarecimentos sobre o processo, para melhor compreensão.

**Palavras-chave:** Mobilização Social; Participação Social; Regularização Fundiária Urbana; Comunicação

---

<sup>1</sup>Assistente Social pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA/TO), Especialista em Gestão de Projetos pelo Universitário Internacional - UNINTER, e Especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde Coletiva e da Família pela Faculdade Albert Einstein FALBE/ITOP. Atualmente é Gerente de Projetos Urbanos na Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidade e Habitação do Estado do Tocantins e atua como assistente social credenciada no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. E-mail: cassiafigueira.s@gmail.com.

<sup>2</sup>Bacharel em Direito pela Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas (FIESC/UNIESP). Atualmente exerce o cargo de Assessora de Regularização Fundiária no Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (NUPREF), órgão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, vinculado à Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins (CGJUS/TO). Integra a Comissão Nacional de Regularização Fundiária (CRF) desde março de 2019. E-mail: lorenaassessora@gmail.com.

<sup>3</sup>Assistente social e socióloga pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em metodologia e projetos de desenvolvimento urbano municipal pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), mestra em planejamento do desenvolvimento e doutoranda em desenvolvimento socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. E-mail: mariadocarmocampos1954@gmail.com.

## **ABSTRACT**

The present study aimed to understand the importance of social participation in Urban Land Regularization (REURB) actions in the municipality of Luzinópolis, State of Tocantins, from the perspective of the community, seeking to know the processes and procedures of social mobilization applied to urban land regularization; identify the challenges of social participation and; observe communication processes and dynamics in works involving REURB. And in this way, to understand, together with the community, the relevance of social participation in the process of land regularization. Considering the importance of participatory processes for the democratization of public policies and that, in the case of REURB, it must go through all the stages of execution and continue during the implementation of legal, urban, environmental and social measures that should contribute to the improvement of the population's quality of life resident in the regularization area. As a methodology for the development of the work, a quantitative and qualitative approach was used, with a descriptive character, bibliographic research, field research and direct observation. It was concluded that, to a large extent, the community realized the importance of participating in the actions, as they had the opportunity to give their opinion on measures to improve the quality of life, based on the land regularization project. Noting, however, that further clarification is necessary about the process, for better understanding.

**Keywords:** Social Mobilization; Social Participation; Land Regularization; Communication.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui a atividade de conclusão do curso de Especialização em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária e Prevenção de Conflitos Socioambientais, Habitacionais e Sanitários, promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, no âmbito do Programa Rede Amazônia, que envolve nove estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal, em ações relacionadas à Regularização Fundiária Urbana, com base na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

A mobilização e a participação social, constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento das ações de REURB em sua perspectiva multidimensional, na medida em que o envolvimento da população em todas as etapas do processo, abrindo espaço para a cooperação e integração entre o poder público e a sociedade, estimula o pertencimento dos cidadãos com as dimensões espaciais da cidade e possibilita o exercício da cidadania dos sujeitos sociais no cenário urbano.

As normativas que disciplinam a regularização fundiária não oferecem metodologia específica para trabalhar a mobilização social na REURB e nem sempre é dada a devida atenção à participação social, ensejando processos que carecem de uma postura colaborativa por parte dos moradores e para a sustentabilidade das intervenções realizadas no contexto da REURB.

Considerando essa relevância, o tema abordado, “Mobilização e Participação Social no Processo de Regularização Fundiária Urbana”, usou-se como campo de pesquisa o município de Luzinópolis no Estado do Tocantins, local piloto da REURB no âmbito do Programa Rede Amazônia.

Luzinópolis representa um dos 139 municípios que compõem o Estado do Tocantins, localizado na Rodovia Transamazônica, há 513 km da capital Palmas. Está inserido na região ocidental e na microrregião do Bico do Papagaio. Conta com uma população estimada de 3.200 habitantes, com uma economia de subsistência, de pequenos produtores rurais, e com a questão habitacional ainda é bastante precária (IBGE, 2021). O perfil socioeconômico municipal, conforme o panorama do IBGE (2021), a maioria da população sobrevive com renda mensal de um salário-mínimo e meio, caracterizada predominantemente de baixa renda, por ter renda inferior a 5 salários mínimos.

No que diz respeito à questão fundiária, parte do perímetro urbano que constitui a sede municipal, encontra-se dentro da gleba Santana que, no ano de 2019, foi objeto de doação ao

Município, pelo Governo Federal, por meio do Programa Terra Legal, com o encargo de o donatária proceder à regularização dos lotes em nome dos ocupantes<sup>4</sup>.

Este estudo tem como objetivo geral, identificar os resultados obtidos em relação à compreensão e participação da população no processo de regularização fundiária urbana no município. E, como objetivos específicos, conhecer os processos e procedimentos de mobilização social utilizados para a regularização fundiária urbana; identificar os desafios da mobilização social para a participação social na regularização fundiária urbana e; identificar processos e dinâmicas de comunicação dos trabalhos que envolvem a REURB em Luzinópolis – TO.

A mobilização e a participação social na Regularização Fundiária Urbana é tema que merece destaque, visto que, a sua finalidade é a população a ser beneficiada e com direitos garantidos. Esse destaque se justifica em virtude de que, para o alcance dos objetivos de uma REURB em sua plenitude, é imprescindível o envolvimento da comunidade nas mais diversas etapas do processo, desde a fase inicial, nos levantamentos de campo, diagnóstico da situação, cadastro físico e social, levantamento documental, na melhoria de qualquer infraestrutura, até e após a titulação.

A pesquisa nessa temática foi pensada, por acreditar que após os resultados é possível contribuir com o conhecimento e colaborar com profissionais e/ou até mesmo com a sociedade, por trazer a importância da mobilização e participação social na regularização fundiária para efetivação de direitos.

Na pesquisa científica e estudos relacionados, foi de suma importância ter um método que permitisse alcançar resultados concretos da realidade a ser estudada. A escolha da pesquisa requereu uma aproximação com o objeto proposto, pois cada método tem suas peculiaridades, e sua escolha é determinante no processo de investigação (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Para o alcance dos objetivos propostos, como característica da metodologia da pesquisa, utilizou-se a abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter descritivo, por meio de pesquisa bibliográfica, documental, de campo com entrevista e observação direta.

A pesquisa de métodos mistos é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de

---

<sup>4</sup> A referida gleba encontra-se registrada em nome do município sob a matrícula n. 3742 no livro 2-N do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelião (I) de Notas da Cidade de Tocantinópolis do Estado do Tocantins, pendente de regularização uma poligonal de 281.543 km<sup>3</sup>. Porém o projeto de REURB desenvolvido pelo GTE, limita-se apenas à gleba doada pela União no total de 50.7325 ha, conforme descrito na certidão de inteiro teor M-3742, correspondente aos núcleos urbanos informais consolidados, conhecidos como: Setor Central, Setor Planalto e Setor Novo Jardim.

abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo. Por isso, é mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados; envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a da pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada. (CRESWELL, 2010, p. 27)

De acordo com Oliveira (2011 apud ZIKMUND, 2000), a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, enquanto a documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, podendo ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. E, o caráter descritivo visa descrever características de uma determinada população ou fenômeno, proporcionando um maior envolvimento com a questão estudada, com vistas ao aprimoramento de ideias ou novas descobertas (GIL, 2008).

A operacionalização da pesquisa, dividiu-se em etapas sendo, a primeira etapa estudos bibliográficos sobre o assunto, que possibilitou a fundamentação do trabalho com base em autores que discutem a questão. Para a identificação do material bibliográfico, utilizou-se como descritores assuntos relacionados à temática, tais como: "mobilização social, participação social e regularização fundiária", dentre outros. Também foram utilizadas as plataformas *Google Acadêmico*, bancos de dados das bibliotecas eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica e Estatística (IBGE) e Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN/TO).

Utilizou-se também pesquisa documental, por meio dos relatórios de Grupo de Trabalho Estadual (GTE) e da experiência vivenciada por uma das autoras em duas visitas de campo e na elaboração do plano de ação desenvolvido pelos GTE e Grupo de Trabalho Municipal (GTM).

Na segunda etapa, em virtude da pandemia global causada pelo COVID-19 foram acompanhadas as reuniões virtuais de planejamento com a equipe do GTE. A estratégia de desenvolvimento do processo de REURB ocorreu por meio de reuniões virtuais entre os membros do GTE, a Secretaria Estadual de Infraestrutura, o Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (NUPREF) do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

Na terceira etapa acompanhou-se, *in loco*, as atividades de mobilização social e de cadastro social, para a aplicação de formulário e entrevista com questões semiestruturadas, envolvendo os participantes das atividades, a fim de levantar dados e informações sobre a importância da participação social na REURB, bem como trazer a percepção da comunidade avaliando a receptividade das ações. E na quarta etapa, analisou-se os dados coletados, trazendo as informações e resultados obtidos a partir das entrevistas e relatos dos envolvidos.

Sendo assim, acredita-se que estudar e conhecer os processos e procedimentos de mobilização que estão sendo utilizados para a participação social e como está a receptividade da população no município, poderá contribuir para o conhecimento de alguns desafios na efetivação da REURB.

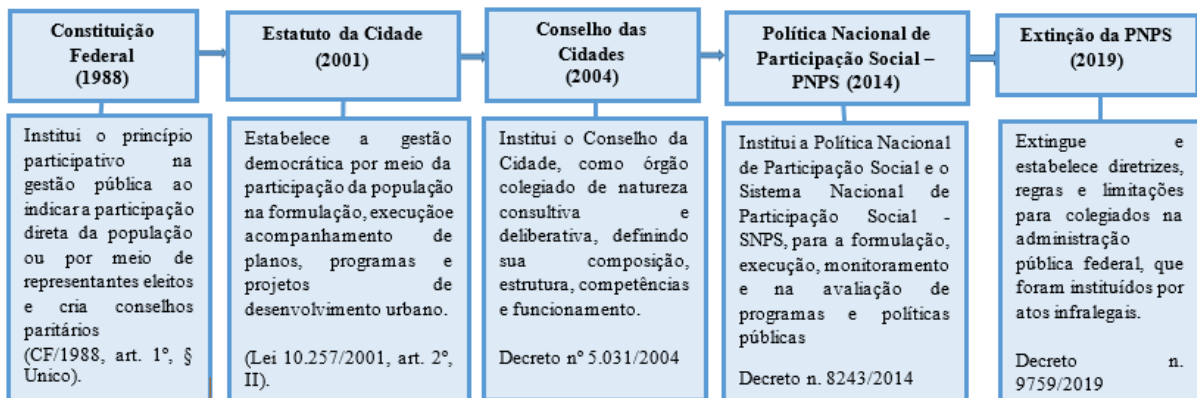
## 1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL - MARCOS REGULATÓRIOS

O processo de participação na gestão pública pode ocorrer por meio de canais institucionalizados ou não, e essa diferença não determina a qualidade da participação. Entretanto, os canais institucionalizados, especialmente os instituídos por meio de instrumentos legais, tendem a favorecer a continuidade e consolidação do processo de participação.

A institucionalização da participação social no Brasil passou por momentos ímpar na história recente do país, desde o tortuoso processo de redemocratização, após 21 anos de regime militar, de um duro processo de reconquista da democracia. Graças a muita mobilização da sociedade, por meio dos movimentos sociais e a exemplo da Campanha pelas Diretas-Já, em 1984, das lutas contra a carestia nesta mesma década e também das primeiras eleições diretas para presidente em 1989, um ano após a promulgação da Constituição.

No Brasil, alguns marcos normativos são emblemáticos para demarcar o processo de institucionalização de mecanismos participativos na gestão pública, conforme demonstrado na Figura 01 e, ao mesmo tempo, reverberam os momentos político-institucionais vivenciados no país.

**Figura 01 - A Institucionalização da Participação Social no Brasil - marcos regulatórios**



Fonte: Elaboração própria

Além de instituir o princípio participativo na gestão pública a Constituição de 1988 estabelece a descentralização e participação da comunidade nas políticas de saúde, assistência social e educação, respectivamente, por meio de conselhos com representações da sociedade

civil, configurando novos espaços institucionais de participação (BRASIL, C.F., arts. 198; 204; 206), enquanto o Estatuto da Cidade inclui também em suas diretrizes a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social (BRASIL, Lei nº 10.257/2001, art. 2º, II, III).

Há que se observar na Figura 01 que o curto período de vigência da Política Nacional de Participação Social institucionalizada, não permitiu qualquer avaliação de resultados na perspectiva de consolidação, enquanto instrumento facilitador da participação social. Ao mesmo tempo, reflete o cenário político-institucional atual que retrocede o tratamento governamental dessa temática. O volume de produção acadêmica com esse teor, é também um elemento que reflete a influência da conjuntura política no desenvolvimento de práticas participativas (AGUIAR; CUNHA, 2017), conforme Quadro 01, que demonstra a produção científica relacionada à participação social após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em cada período de esfera federal de governo, onde fica evidente a participação social de forma expressiva entre o período de 2003-2014, dois governos do Lula e o primeiro governo da Dilma.

**Quadro 01** – Quantitativo de artigos publicados, por período de governo

<b>Período</b>	<b>Frequência</b>	<b>Governo</b>	<b>Percentual</b>
1990-1992	1	Fernando Collor de Melo	1,43%
1993-1994	1	Itamar Franco	1,43%
1995-1998	2	Fernando Henrique Cardoso	1,43%
1999-2002	3	Fernando Henrique Cardoso	4,29%
2003-2006	8	Luiz Inácio Lula da Silva	11,43%
2007-2010	27	Luiz Inácio Lula da Silva	38,57%
2011-2014	27	Dilma Rousseff	41,43%
<b>Total</b>	<b>70</b>		<b>100,00%</b>

Fonte: AGUIAR; CUNHA, 2017. Adaptado pelas autoras

De acordo com os autores citados, esses resultados corroboram as evidências empíricas, que indicam uma relação entre a orientação do governo e uma maior ou menor

participação, estendendo-se tal perspectiva para os níveis locais de governo, onde se dá a implementação das políticas urbanas, entre as quais a regularização fundiária.

Por isso, os aspectos político-institucionais não podem ser negligenciados quando são planejadas as estratégias de e para a mobilização social, com vistas à participação em projetos de REURB.

## **2 A RELEVÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA**

### **2.1 A Mobilização social na REURB**

Na regularização fundiária, a mobilização social é importante e é necessária estar presente em todas as etapas e processos, desde o diagnóstico à titulação e à busca de garantia do direito em relação à melhoria de infraestrutura e qualidade de vida da população. De acordo com Toro e Werneck (1996) ela ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos, porém participar ou não é um ato de escolha. Mas vale refletir e indagar sobre, a escolha para quem e a partir de que perspectiva? Será que a possibilidade de exercer o direito à participação é equânime? As estratégias de mobilização são pensadas de forma que alcance toda população, levando em consideração as suas particularidades humanas e cotidianas?

Compreende-se que todo o processo fundiário está vinculado a um processo coletivo, onde deve alcançar a um público heterogêneo, desde a situação socioeconômica e cultural, onde há convergência de interesses da população, seja unicamente pelo título da sua propriedade, ou na busca pela melhoria de outras condições sociais. Sendo assim, a mobilização social é um mecanismo essencial, que de forma possibilita à sociedade interpretar os seus sentidos e compartilhar suas necessidades, a fim de alinhar estratégias para alcançar seus objetivos. Para que a mobilização social aconteça de forma efetiva, Toro e Werneck (1996) argumenta que,

Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente. (TORO e WERNECK, 1996 p. 5).

Entende-se que a população empoderada por meio da participação, poderá contribuir para a sustentabilidade das intervenções a serem implementadas no âmbito da REURB. Visto que, a mobilização social, visa alcançar o interesse de uma dada população que se mobiliza em prol de um objetivo comum, o qual nessa temática é a regularização fundiária. E, de acordo com (SANTOS, 2016) apud (TORO, 2007) p 38).

A mobilização social ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Essas mobilizações são organizadas pelos assistentes sociais, convocando as partes interessadas, poder público, técnicos e sociedade, com a finalidade de eliminar as dúvidas da população e repensar o uso do espaço urbano. Normalmente são realizadas na própria comunidade com a articulação dos líderes identificados no local. (SANTOS, 2016) apud (TORO, 2007) p 38).

Desse modo, para a mobilização e a participação social serem efetivas, compreende-se que é necessário ter uma equipe preparada para lidar com as questões que envolvem a população, incluindo a definição de estratégias de comunicação para cada uma das etapas da REURB **compatíveis com as peculiaridades locais (grifo nosso)**, a fim de torná-las participantes do processo como um todo, em busca da viabilização de seus direitos.

## 2.2 A Participação social na REURB

A participação social é uma temática transversal nos projetos de regularização fundiária urbana, pois perpassa todas as etapas do processo e em algumas delas, configura-se como elemento determinante, como por exemplo, os levantamentos de campo, físicos e sociais e a pactuação do projeto de REURB entre outros.

Na Lei 11.977/2009, que instituiu a regularização fundiária como política pública, a participação social tem *status* de diretriz, estabelecendo em seu Art. 48, III, “garantir a participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização fundiária” (BRASIL, 2009). Já a Lei 13.465/2017, em vigor, inclui a participação social como um de seus objetivos, estabelecendo: art. 10, XII, “franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária” (BRASIL, 2017). Percebe-se que o tema é trazido de forma mais tímida em relação à legislação anterior, registrando-se que a Constituição Federal de 1988 tratou a participação social como um princípio fundamental.

No rol de objetivos definidos legalmente para a REURB (Lei 13.465/2017), identificam-se aqueles onde a participação social apresenta-se como elemento imprescindível para o seu alcance, registrando-se a título de exemplo: art. 10. IV, "promover a integração social

e a geração de emprego e renda”; “estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade” (BRASIL, 2017).

Toro e Werneck (1996) discutem que a participação social deixa de ser uma estratégia para converter-se em ação rotineira, essencial como um modo de vida da democracia.

A participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não podemos falar da participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é. Mas ela cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado. [...] Trata-se de construir com todos, inclusive com os pobres, uma ordem social onde todos possamos conviver e ser produtivos econômica, política, cultural e socialmente (TORO e WERNECK, 1996, p 15).

Neste horizonte, entende-se que, o processo contínuo da mobilização social, e não apenas uma meta, emergindo das demandas da sociedade, na busca da efetivação dos seus direitos, abre possibilidades resultando na participação social nas políticas públicas como direito do cidadão. Assim, de acordo com Aguiar (2017) apud (Ta-tagiba, 2009),

[...] a ampliação da participação social nas decisões governamentais emergiu como demanda da sociedade civil, tendo em vista o contexto anterior à Constituição, marcado por graves problemas sociais, crise no setor público, autoritarismo da Administração Pública e a mobilização da população (AGUIAR, 2017 p. 23) apud (Ta-tagiba, 2009).

Para possibilitar a mobilização e participação social, conforme Arts. 1º e 14 da CF/88 parte do princípio constitucional de que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou indiretamente. Assim, a figura 02, ilustra e ratifica a importância da participação Social em todas as etapas da REURB.

**Figura 02 - Participação Social em todas as etapas da REURB**



Fonte: SILVA 2022, Cadastro Social na REURB [livro eletrônico] MAPA 2022

### 2.3 Mobilização social sob a ótica informacional e relacional

A mobilização social é um tema que tem sido estudado nos nossos dias, sob o prisma da teoria da comunicação no sentido de entender desde a forma que se constitui o processo de mobilizar uma sociedade, ao modo de como influência na realidade social. Mafra (2010) traz duas categorias no processo de comunicação para a mobilização social, sendo a perspectiva informacional e uma perspectiva relacional.

Perspectiva informacional entende a comunicação como um processo de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos. Uma perspectiva relacional caminha em outra direção. Nessa outra forma de tratar a comunicação entende-se que [...] o processo comunicativo, numa perspectiva relacional, deixa emergir sua vida e seu dinamismo próprios, enxergando os interlocutores (produção/recepção) como instituidores de sentidos, que partem de lugares e papéis sociais específicos. (MAFRA, 2010, p 107) apud (FRANÇA, 2002, p. 27).

Nessa seara, entende-se que os conceitos de comunicação informacional e relacional são necessários à mobilização social, no processo de regularização fundiária, uma vez que, no modelo informacional fundamental compreender o processo de forma mais verticalizada, onde alguém detém a prerrogativa de falar para outros que ouvem. Já o modelo relacional a população constitui o processo e dele é parte indissociável, pressupondo uma horizontalidade, havendo a necessidade do envolvimento da sociedade, a fim de torná-los pertencentes do processo como um todo, compartilhando desde as suas necessidades e objetivos coletivos de forma consciente. Entende-se que nesse processo é importante deixar emergir o dinamismo da sociedade, a forma como eles se organizam para se sentirem pertencentes ao processo participativo, negociando e construindo os seus espaços democraticamente.

A possibilidade de construir uma sociedade, cujo destino não esteja fora dela, mas na mão de todos que participam. Quando as pessoas assumem que têm nas mãos o seu destino e descobrem que a construção da sociedade depende de sua vontade e de suas escolhas, aí a democracia pode tornar-se uma realidade. (TORO e WERNECK, 1996, p. 7).

Por fim, percebe-se que a mobilização nada mais é do que a população exercendo a democracia de direito e não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação. Sendo assim, ao iniciar o planejamento de regularização fundiária para o município, é importante pensar em estratégias de comunicação para a mobilização social que inclua o despertar da emoção, paixão, desejo ou a necessidade de uma mudança nas pessoas.

### **3 O PROCESSO DESENVOLVIDO DA REURB EM LUZINÓPOLIS - TO**

O GTE montou a estratégia de REURB para o município, dividida em 4 (quatro) macro etapas, quais sejam: I - Diagnóstico preliminar; II - Levantamento planialtimétrico georreferenciado e cadastro físico; III - Cadastro social e coleta de documentos; IV - Pactuação do projeto urbanístico (que faz parte do projeto de regularização fundiária). Para o desenvolvimento das ações foi elaborado um plano de mobilização social, com detalhamento com a especificidade de cada ação.

#### **3.1 Estratégias de comunicação para mobilização social em Luzinópolis - TO**

Como estratégia de interação/divulgação/comunicação para as audiências públicas e para as oficinas, o GTE utilizou-se de panfletos informativos, caixinhas de dúvidas depositadas em ambientes públicos de grande circulação, caixa de perguntas interativas no *instagram* oficial da prefeitura, anúncios na rádio local, carro de som, moto som, convites e divulgação nos grupos de *whatsapp*.

Como metodologia de trabalho a equipe utilizou-se da divisão de grupos para facilitar o diálogo, exposição em slides dentre outros materiais de expediente. E na perspectiva da maior participação da comunidade, a equipe organizou as atividades estrategicamente, fora do horário de expediente e nos finais de semana, sendo acordado com horários estratégicos que possibilitasse maior participação das pessoas.

Na audiência pública da segunda etapa, foram apresentadas imagens no telão com exposição sobre o desenvolvimento do plano de trabalho da REURB no município; vídeos com depoimento de moradores sobre suas expectativas do projeto, isso chamou a atenção da população.

Ao despertar a atenção da comunidade, começaram a surgir algumas perguntas da população principalmente com relação a questões fundiárias, tais como: medo de perder seus lotes, redução de medidas, conflitos entre moradores e troca de lotes com a prefeitura e por fim, com relação às custas cartoriais, quem arcaria com os valores, como é tratado a situação de morador que detém mais de um lote.

Todas as perguntas foram esclarecidas aos moradores de forma tranquila, tanto para a equipe, quanto para a população.

### 3.2 As ações de mobilização e participação social realizadas

A primeira etapa foi realizada em agosto de 2021, composta por audiência pública para o lançamento do projeto e oficinas para capacitação dos servidores do quadro do município do GTM, enquanto a segunda etapa ocorreu em dezembro de 2021 compreendendo audiência pública para apresentação do plano de ação, e oficinas para levantamento de questões macro.

Por meio do processo de pesquisa, verificou-se que a mobilização e participação social estavam presentes em todas as etapas de execução do projeto de REURB desenvolvido pelo GTE. O cronograma de execução foi cumprido, porém com restrições em virtude da pandemia, com três visitas de campo, sendo: i) a primeira em agosto de 2021, com audiência pública para lançamento do projeto; ii) a segunda em dezembro de 2021, compreendendo audiência pública para apresentação do plano de ação, e realização de oficinas com a comunidade para levantamento de questões macro e; iii) a terceira em março de 2022, com a audiência pública para discutir as questões relacionadas ao projeto de regularização fundiária (PRF).

#### 3.2.1 Audiências públicas

A audiência pública da primeira etapa foi realizada na Câmara Municipal, com a finalidade de apresentar o projeto de REURB para a comunidade, parcerias envolvidas, e realizar o levantamento para compor o diagnóstico preliminar e identificar as desconformidades, riscos, necessidade de remanejamento e outros eventualmente existentes no município. O evento contou com a participação de 30 pessoas, representantes do poder público e da comunidade local, que foi para apresentar os diversos setores que seriam regularizados e suas sequências.

Na segunda etapa, a audiência pública contou com a participação de 40 pessoas, tendo por objetivo apresentar e pactuar o plano de ação elaborado pela equipe do GTE, esclarecer a população sobre o que é REURB e suas modalidades. Bem como, tentativas de criação/montagem do comitê gestor<sup>5</sup>.

O Comitê Gestor é uma forma democrática de garantir a participação da população no projeto da REURB, tendo como formação representantes do poder público, instituições parceiras e representantes populares, para participação em todos os passos, decisões, mediação de conflitos e propostas dos trabalhos da REURB.

---

<sup>5</sup> Sugestão para a composição do Comitê Gestor, foram 4 representantes da comunidade, 2 representantes do GTM, 1 representante do GTE e um parceiro.

### 3.2.2 Oficinas

As oficinas foram realizadas na segunda etapa, sendo a primeira denominada “Varal dos Problemas” que contou com a participação de 8 pessoas, a fim de colocar imagens que remetesse aos eixos temáticos dos principais problemas encontrados nas cidades brasileiras tais como: Infraestrutura Urbana, Meio Ambiente, alagamento, contaminação do solo, lixo, riscos e erosão; Mobilidade; Habitação e precariedade habitacional; Questões Fundiárias, Uso do solo, patrimônio, conflitos dentro da cidade, relação urbano e rural, fronteira agrícola; Saúde; Valores culturais e simbólicos.

Na segunda oficina, teve por objetivo escutar e estimular os moradores a sonharem com a cidade ideal, buscando entender os desejos da população, e contou com a participação de 23 pessoas, o que demonstrou maior participação em relação à primeira.

### 3.3 Ações planejadas

Na terceira etapa foram planejadas as ações de leitura micro - escala lote unidade; reuniões comunitárias para apresentação de propostas de intervenção; divulgação do projeto e coleta de documentos; elaboração de projeto de parcelamento final e cronograma de obras; consolidação e pactuação do Projeto Urbanístico de Projeto de Regularização Fundiária e aprovação do projeto de parcelamento pelo município; instrução técnica e jurídica da 1ª remessa dos processos de regularização; registro do parcelamento consolidado para titulação dos beneficiários junto ao cartório; emissão da certidão de regularização fundiária (CRF da gleba); entrega de registros aos beneficiários (titulação). Restando concluir o cadastro social, decisão de aprovação do projeto de REURB, emitir o CRF e adotar as providências de registro cartorial.

Percebe-se que o GTE, utilizou estratégias e etapas para definir as ações realizadas e planejadas para a REURB no município seguiu os parâmetros da Lei 13.465/2017.

### 3.4 Potencialidades e desafios para viabilizar a mobilização com vistas à participação social

Com base nas informações dos relatórios de visitas disponibilizados pelo GTE, e experiência vivenciada pelas autoras, verificou-se grande entusiasmo da equipe do GTM para desenvolver o projeto e criar condições para a participação social, em manter os atores sociais engajados em suas causas. Mas, percebeu que o pouco interesse da comunidade demonstra um

grande desafio a ser superado, bem como instrumentalizar a população com informações sobre o tema para integrá-los, de forma mais efetiva no processo.

Como fator potencializador, enfatiza-se a importância de investir em capacitações de mobilização e estratégia de comunicação para os servidores do GTM, visto que, as pessoas precisam, estar no mínimo capacitadas, dotadas de informações suficientes e compartilhar dos mesmos objetivos, para se mobilizar.

Também representa um grande desafio, criar mecanismos de participação e potencializar os já existentes, bem como, desenvolver a cultura da importância da mobilização e participação social nas políticas públicas. Visto que, é necessária a sensibilidade da população para a participação e isso precisa ser algo rotineiro. Desse modo, o maior desafio na REURB é despertar o interesse coletivo da comunidade, de forma que eles se sintam pertencentes ao processo.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Resultado da pesquisa com a equipe do GTE**

Foram realizadas entrevistas com três membros do GTE, sendo uma professora e pesquisadora da área de Engenharia Civil e duas estagiárias dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, destacando-se que não foi identificado no grupo, profissionais da área social.

De acordo com a pesquisa, o estágio atual do projeto, encontra-se na fase de trabalho técnico e social, realizando as audiências públicas e oficinas com a população. Para a realização dos trabalhos, a equipe é composta por quatro integrantes do GTE e equipe do município composta por seis técnicos e uma assistente social. Como instrumento de registro das ações realizadas a equipe utilizou os seguintes documentos: registro fotográfico, ata, lista de presença e relatórios.

De acordo com a pesquisa, não foi identificada a participação das Instituições, organizações e lideranças formais/informais envolvidas para o processo de Mobilização Social. Os envolvidos foram a equipe do GTE, que atuou na gestão e organização das ações, e a equipe do GTM atuou na organização de etapas do cronograma, na reambulação e no levantamento topográfico.

**Quadro 03** - Questões e respostas dos entrevistados

Questões	Ação	Objetivos
Quais as estratégias/ ferramentas de mobilização social foram planejadas? E porquê?	Audiências públicas e oficinas participativas.	Formar o comitê gestor, envolver a população nas etapas do processo, identificar as demandas e melhorias necessárias, na perspectiva dos moradores; Aproximar o GTE e GTM da população, para melhor entendimento da realidade e necessidades locais. Despertar o pertencimento da população com vista a elaboração do projeto fomentando o engajamento, fator essencial para o andamento da ação.
Quais as ações de Mobilização Social do projeto de REURB foram realizadas? Nome da ação e objetivo.	Audiência Pública; Oficinas Participativas.	Apresentar o cronograma preliminar, composição de equipe, formação de comitê gestor, dúvidas gerais sobre REURB; Sanar dúvidas e demandas específicas sobre REURB, ouvir os moradores, produzir leitura urbana; Comunicar a população sobre o que é REURB, quais as etapas e a situação atual, além de tirar dúvidas acerca desse processo; engajar a população no projeto e entender a realidade e necessidades locais.
Ações previstas para a Mobilização Social do projeto de REURB; Nome da ação e objetivo.	Audiências Públicas, Reuniões com a equipe do município e Capacitação Online.	Ouvir a população; Identificar pessoas legitimadas para compor o Grupo gestor; Capacitar a equipe do município para o uso da ferramenta SARF e levantamento de campo; Informar à população sobre o andamento do projeto; Adequar a ficha de cadastro de acordo com a realidade do município.

Fonte: Elaboração própria, com base na coleta de dados, 2022.

Os participantes da pesquisa, consideraram que a mobilização e a participação social foi ótima, resultando na elaboração de mapas de leitura urbana local, a partir das demandas apresentadas pelos moradores. Houve também uma tentativa de formação do comitê gestor, para ter contato direto com os Grupos de Trabalho, tanto municipal quanto estadual, porém não foi exitosa, em razão da falta de interesse da população.

Na visão dos participantes da pesquisa, para a mobilização social relataram os seguintes pontos dificultadores: falta de corpo técnico capacitado para lidar com as demandas de REURB no município, e gerar real compreensão acerca do que significava o processo; dificuldade em conseguir sensibilizar a população sobre o que era a REURB, o que seria feito e o que não seria feito; na primeira mobilização social o GTE teve problemas com a falta de apoio do GTM.

Como pontos facilitadores do processo de mobilização social foram apresentados:

- A divisão do trabalho em diferentes frentes foi um diferencial para que as ações acontecessem paralelamente durante o cronograma proposto.
- Reuniões semanais para tirar dúvidas com a equipe do GTM e encaminhar os próximos passos;

- A população teve boa adesão às dinâmicas propostas.
- A população foi muito aberta a participar e conversar com o GTM e o GTE.
- A definição do cronograma com antecedência, foi essencial para que as ações fossem cumpridas.

Isso foi um diferencial para que as ações pudessem caminhar paralelamente ao cronograma proposto e encaminhar os próximos passos.

## **4.2 Resultados da pesquisa com a comunidade**

Trata-se de pesquisa de campo, realizada com moradores da cidade de Luzinópolis-TO, para saber sobre a mobilização e participação social do projeto de regularização fundiária realizado no município de Luzinópolis do Tocantins.

### 4.2.1 Material e métodos:

A pesquisa com a comunidade foi realizada por meio de entrevista, utilizando formulário de forma semiestruturada, com questões abertas e fechadas impressas com a assinatura do entrevistado para consentimento de informação. Bem como, dando oportunidade para os entrevistados falarem de forma livre a sua percepção sobre a importância da participação social na REURB.

A escolha do perfil dos entrevistados foi de forma aleatória, com pessoas que participaram na última visita do GTE nas atividades da REURB em Luzinópolis, sendo um jovem, uma liderança e, uma do lar em visita domiciliar, foram propositalmente para saber o alcance dos resultados nos diferentes públicos. A líder comunitária foi escolhida pelo destaque que teve na última audiência participativa presidida pelo GTE e o NUPREF.

Foram abordadas 7 questões fechadas e 3 abertas as seguintes perguntas. As perguntas se fizeram necessárias para compreender o nível do alcance do processo, se a comunidade está entendendo o que é REURB, como ela é processada. Visto que, conhecer as etapas do processo pela comunidade se faz importante para amenizar a ansiedade dos beneficiários quanto ao recebimento do título do imóvel, uma vez que, a comunidade gera uma expectativa no recebimento do título logo após os trabalhos de topografia paralelo com cadastro individual.

### 4.3 Resultados dos dados coletados e discussão

Os dados a seguir representam as respostas em relação à percepção da comunidade sobre o processo de mobilização e participação social na REURB.

**Quadro 04** - Questões e respostas dos entrevistados da comunidade

Questões	Jovem	Liderança	Dona de casa
1. Você sabe o que é regularização fundiária? ( ) Sim ( ) não. 2. Sabe para que serve a regularização fundiária? ( ) Sim ( ) não. Se sim, comentar.	A REURB serve para deixar o imóvel regular.	A REURB serve para a pessoa se tornar dona do terreno que a pessoa tem posse.	A REURB serve para a pessoa ter o documento para fazer qualquer coisa, exemplificou o financiamento no banco.
3. Você sabe que está sendo desenvolvida a Regularização Fundiária no município? ( ) Sim ( ) Não – Se sim, como ficou sabendo? 4. Você conhece a equipe que está desenvolvendo o processo de Regularização Fundiária no município? ( ) Sim ( ) não	Ficou sabendo do processo de REURB do município através de carro de som, e que conhece a equipe que está desenvolvendo o processo.	Ficou sabendo do processo de REURB do município através de carro de som, e que conhece a equipe que está desenvolvendo o processo.	Ficou sabendo do processo de REURB do município através de panfletagem, e que conhece a equipe que está desenvolvendo o processo.
5. Conhece as etapas de regularização fundiária? ( ) sim ( ) não, se sim pode descrever alguma?	Não conhece as etapas que desenvolvem o processo da REURB.	Não conhece as etapas que desenvolvem o processo da REURB.	Sim conhece as etapas que desenvolvem o processo da REURB, citou uma etapa como a audiência pública participativa.
6. Sabe o que é e para que serve a mobilização social? ( ) sim ( ) não, se sim pode comentar?	Não sabe para que serve a mobilização social.	A mobilização serve para a população ter conhecimento do que está sendo feito pelo governo.	A mobilização serve para segurança das informações de uma determinada ação.
7. Já participou de algum tipo de mobilização social para a regularização fundiária? ( ) Sim ( ) não, se sim qual ou quais? E onde?	Não.	Sim, citou a participação na última audiência pública de REURB presidida pelo do GTE em de março de 2022.	Sim, citou a audiência pública da REURB que aconteceu em dezembro do ano de 2021 na câmara municipal.
8. Comenta um pouco sobre a sua participação na mobilização social e nas atividades de regularização fundiária. Sobre o que percebeu? O que aprendeu? Se teve oportunidade de fazer perguntas? Se esclareceu as suas dúvidas? Se acha importante a participação?	Prejudicada.	Percebeu que a população do município está mais participativa; Aprendeu o que é regularização fundiária, e o que é a Rede Amazônia e como está sendo desenvolvido o trabalho de REURB no município; Falou que após a	Percebeu que a população está entusiasmada para receber seu título, porém não fez perguntas; Aprendeu sobre o que é REURB e quem tem direito à isenção das custas no cartório; Acho que essa participação é importante para ajudar no

		apresentação do GTE explicando como seria feito o projeto urbanístico do município, ela teve a oportunidade de votar e opinar sobre a sua vontade em relação ao número do seu lote.	planejamento da cidade.
9. O que mais lhe chamou a atenção? O que não gostou?	Prejudicada.	Chamou atenção a presença de um juiz na reunião de audiência pública explicando o que é REURB. Disse ainda que foi uma honra ter uma autoridade do do Poder Judiciário em um evento de participação social.	Chamou a atenção a motivação do povo querendo participar.
10. Que sugestões gostaria de dar para melhorar o processo?	Prejudicada.	Sugeriu mais informações claras dos eventos de REURB e os participantes (juiz).	Sugeriu ter mais divulgação para o povo entender o processo da REURB.

Fonte: Elaboração com base na pesquisa de campo

#### Relato de uma entrevistada que chamou a atenção:

"[...] foi a possibilidade em a população poder participar e optar pelo que acha melhor na regularização fundiária e que teve um direito participativo, porque a população está acostumada em o prefeito fazer as coisas e depois que está feito você tem que aceitar queira ou não, só tem que falar amém. E nesse processo foi muito importante porque a gente pode participar. E as informações que a equipe disponibilizou, respondendo todas as perguntas, a gente se sentiu muito bem, se sentiu valorizado". (Informação verbal da entrevistada, 2022)<sup>6</sup>.

De acordo com a pesquisa, com base nas respostas das entrevistas, percebeu-se que o entendimento da comunidade sobre o que é regularização fundiária está restrito à titulação e não ao processo de regularização fundiária como um todo, de forma a contribuir com a melhoria e qualidade da população. E, apesar de ter havido um processo de mobilização social, nem todos os entrevistados tiveram a compreensão das etapas da REURB.

Quanto à mobilização social, percebeu-se que nem todos os entrevistados têm o entendimento ou já participaram do processo de mobilização. Por outro lado, verificou-se também que apesar de não haver a compreensão por parte de um entrevistado, os outros demonstraram a importância da mobilização, citando que é para a compreensão das informações, e que já participaram de ações REURB promovida pelo GTE. Eles trouxeram a

<sup>6</sup> Entrevista concedida por uma liderança que participou das ações de REURB no município, em 2022.

importância da mobilização, mas com base nas respostas, não houve a compreensão por parte deles sobre a diferença de fazer parte do processo de construção cotidiana dessa mobilização.

Também com base nas respostas percebeu-se que a comunidade compreende a importância da participação social, numa perspectiva informacional, onde a sociedade se vê como um receptor de informações, porém percebe-se a necessidade de fomentar essa participação numa perspectiva relacional, deixando emergir as demandas da sociedade e eles se veem como protagonistas.

Para que isso aconteça, compreende-se que é necessário envolver a comunidade em todas as estratégias de mobilização social, fazendo com que eles se sintam pertencentes, despertando neles o interesse pela busca de conhecimento.

## **5 CONCLUSÃO**

Diante dos resultados do estudo e da análise foi possível inferir que as ferramentas de mobilização social utilizadas na REURB no município foram adequadas para o alcance dos objetivos. Porém, foi observado que não houve a preparação da sociedade para o início das atividades de campo, bem como não foi identificada a participação das lideranças comunitárias no processo de mobilização social, pois nos relatórios não ficou evidente se houve um envolvimento e uma preparação das lideranças comunitárias.

Comparando o alcance das atividades realizadas com o número de moradores que fazem parte da área de regularização percebe-se uma lacuna. Porém, o relatório trouxe que, em virtude da pandemia, o período da pactuação ficou prejudicado, o que não permitiu a realização das atividades de campo em tempo hábil. Mas, compreende-se que, a identificação e envolvimento das lideranças comunitárias locais poderá contribuir para maior alcance da participação social da comunidade nas ações.

Levando em consideração as características do município que é de pequeno porte, presume-se que a população tem uma maior convivência social. Por isso sugere-se como mecanismo de mobilização social, fomentar a criação de lideranças, elegendo representantes de quadras/setor/rua, bem como a instrumentalização desses grupos detalhando o processo e abertura da REURB para um acompanhamento permanente junto aos GTs sobre as atividades em desenvolvimento. Essas lideranças facilitarão o contato com a comunidade, e servirão de interlocução entre a comunicação e a mobilização da população, buscando o seu maior envolvimento e pertencimento.

E, com base em todo estudo, sob a perspectiva da comunidade que trouxe a importância de participar das ações, de exercer o direito a voto, de fazer parte da construção do que querem para a sua cidade, ratifica-se a importância da mobilização e participação social em todas as etapas para a efetivação da REURB.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. Caetano; CUNHA, F. Simão. **A participação social pós-constituição de 1988: o que se tem discutido a respeito?** In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* - v. 22, n. 71, jan./abr. 2017, 21-36. São Paulo. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/64000>. Acesso em: 22 fev/2022.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 08 fev 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm)> Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL, **Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)> Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL, **Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm)> Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL, Decreto 8.243/2014. Institui a **PNPS Política Nacional de Participação Social, 2014**. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/CarilhaPNPS1.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL, **Decreto nº 9.759, de 11 de Abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm)> Acesso em: 15 fev. 2022.

CRESWELL, John W. 2010. **Projeto de pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto**. consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. - 3. ed. - Porto Alegre : Anmed, 2010. Disponível em: <[file:///D:/downloads/idoc.pub\\_creswell-john-w-projeto-de-pesquisapdf.pdf](file:///D:/downloads/idoc.pub_creswell-john-w-projeto-de-pesquisapdf.pdf)> Acesso em: 28 de fev. 2022.

GIL, A.C - **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em 09 out. 2018.

- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Estimada, 2021 e Censo Brasileiro, 2020**. Luzinópolis: IBGE, 2021. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/luzinopolis/panorama>> Acesso em: 01 de mar. de 2022.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MAFRA, Rennan Lanna Martins, 2010. **Mobilização social e Comunicação: por uma perspectiva relacional**. Relações Públicas. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <<http://201.48.93.203/index.php/mediacao/article/view/310>> Acesso em: 08 fev. 2022.
- OLIVEIRA, M. F. de. 2011. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** /Catalão: UFG., 72 p.: il. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- SANTOS, Marcelo Sampaio Sobreira dos, 2016. **Proposta de Metodologia para Regularização Fundiária de Áreas Públicas**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25777/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Marcelo%20Sampaio%20Sobreira%20dos%20Santos.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2022.
- SILVA, Maria do Carmo Campos, 2022. **Cadastro social na REURB** [livro eletrônico] / Maria do Carmo Campos da Silva; Almir Mariano de Sousa Junior, Daniela de Freitas Lima, Luciana Dantas Mafra, (organizadores/editores técnicos). – São Paulo, SP: Livraria da Física, 2022. PDF. Disponível em: <<file:///D:/downloads/Cadastro%20social%20em%20REURB.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2022.
- TORO, A José Bernardo, WERNECK Nisia Maria Duarte, 1996. **Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação**. c. UNICEF- Brasil, 1996. Disponível em: <<http://www.comcom.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf>> Acesso em: 08 fev 2022.